



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 3 • nº 20 • 06 a 12/08/2006 • ISSN 1809-6182

Análises

14/07/2006 – Eixo do Mal, Segunda Rodadap.01

Analisa-se a guerra entre Israel e o Hezbollah à luz das tensões entre Estados Unidos e Irã, em torno da questão nuclear, da sua influência no Iraque e do seu apoio ao Hezbollah. Levanta-se a possibilidade de que o que esteja em curso seja o início da segunda rodada da luta contra o que o Presidente George W. Bush, dos EUA, chamou de Eixo do Mal.

08/08/2006 – OMC suspende rodada Doha.....p.04

Após mais de 5 anos de negociação, a impossibilidade de se chegar a um consenso levou a OMC a suspender a rodada Doha. O principal motivo do impasse refere-se à abertura dos mercados agrícolas dos países desenvolvidos exigido por um grupo de países liderados por Brasil e Índia.

21/06/2006 – Venezuela anuncia compra de aviões militares russos.....p.07

Em um período no qual o Mercado Comum do Sul (Mercosul) passa por problemas internos, a Venezuela, após dois anos como membro associado, passa a integrar o bloco como um membro regular.

Eixo do Mal, Segunda Rodada

Análise
Segurança

Eugenio Diniz e Domício Proença Jr.
14 de julho de 2006

Analisa-se a guerra entre Israel e o Hezbollah à luz das tensões entre Estados Unidos e Irã, em torno da questão nuclear, da sua influência no Iraque e do seu apoio ao Hezbollah. Levanta-se a possibilidade de que o que esteja em curso seja o início da segunda rodada da luta contra o que o Presidente George W. Bush, dos EUA, chamou de Eixo do Mal.

No dia 12 de julho de 2006, o Hezbollah — grupo armado que faz parte do Parlamento e do gabinete libanês — invadiu Israel a partir do Líbano, seqüestrou soldados israelenses e matou outros. Embora tenha também interesses políticos próprios, o Hezbollah depende imensamente do apoio político, logístico e financeiro do Irã e do principal aliado regional deste, a Síria. O Hezbollah atua em forte coordenação com estes aliados.

A ação do Hezbollah ocorreu:

- no mesmo dia em que Alemanha, China, EUA, França, Reino Unido e Rússia decidem remeter novamente o Irã ao Conselho de Segurança da ONU, por causa do seu programa nuclear;
- na iminência de uma reunião do G-8;
- após o lançamento de mísseis pela Coreia do Norte;
- no momento em que começam movimentos para desarmar milícias no Iraque, inclusive as apoiadas pelo Irã;
- no meio de uma ofensiva israelense contra outro aliado de Irã e Síria, o Hamas, no decorrer da qual Israel sobrevoou ameaçadoramente a

residência do presidente sírio.

É difícil ter certeza de qual teria sido o cálculo político que motivou a ação do Hezbollah, mas as seguintes considerações parecem fazer sentido:

- demonstrar a capacidade do Irã, por meio do Hezbollah, de causar problemas na região, de modo a desestimular ações mais duras relacionadas a seu programa nuclear;
- aliviar a pressão sobre a Síria e demonstrar solidariedade com o Hamas, ao criar uma segunda frente militar para Israel;
- obrigar outros países da região a tomarem posição contra Israel, que se veria diante da possibilidade de uma guerra de grandes proporções;
- os EUA não poderiam ajudar Israel — por causa da necessidade de sua presença no Iraque e pelo risco de que as milícias apoiadas pelo Irã naquele país desestabilizassem o processo político em curso —, e provavelmente pressionariam Israel para que não atacasse o Hezbollah no Líbano;
- por causa disso, provavelmente os israelenses dariam uma resposta limitada à ação do Hezbollah, o que

seria um enorme sucesso político para o grupo: sua estatura política regional aumentaria dramaticamente; o Hezbollah teria imposto uma mudança dramática da política externa libanesa; e ainda teria os reféns como instrumento de barganha junto a Israel.

Se era disso que se tratava, ocorreu um grave erro de cálculo:

- os EUA deram sinal verde para Israel, que demonstrou capacidade e vontade de atuar nas duas frentes;
- no geral, tanto a Rússia quanto outros países europeus — mesmo alguns criticando a ação israelense no Líbano — criticaram a ação do Hezbollah e exigiram o retorno dos soldados capturados;
- Egito, Jordânia e Arábia Saudita não se solidarizaram com o Hezbollah;
- no Líbano, inclusive no governo, o Hezbollah vem sendo criticado por impor a todo o país os custos de uma decisão sua;
- o presidente iraniano avisou que “um ataque a Síria será um ataque a todo o mundo muçulmano” — o que equivale a dizer que o Irã não atuará em favor do Hezbollah;
- a Síria sinalizou que quer ficar fora da guerra, e há indícios de que poderia aproveitar a oportunidade para se reposicionar politicamente.

Algumas *possíveis* consequências de um eventual sucesso israelense poderiam ser:

- diretamente, no mínimo, uma diminuição da capacidade do Hezbollah de atuar fora do Líbano, e particularmente de produzir dano significativo em Israel; dependendo do tempo e da intensidade da ação, porém, pode-se produzir um enfraquecimento significativo do Hamas e do Hezbollah,

e sua redução a forças políticas locais, largamente desarmadas, sem capacidade de chantagem e extorsão sobre as outras forças políticas e populações dos territórios em que atuam;

- indiretamente, um enfraquecimento, *diante de Israel*, de outros grupos palestinos, principalmente o Fatah e seu braço Brigada dos Mártires de Al-Aqsa;
- o fortalecimento, *na política interna palestina*, desses mesmos grupos;
- a perda, pelo Irã e Síria, dos seus principais recursos de desestabilização e, portanto, de influência regional e poder de barganha — o Hezbollah e, em menor medida, o Hamas;
- perda de influência política por parte principalmente do Irã, que terá demonstrado que não só não defende seus aliados, como *nem sequer defende seus principais recursos políticos*: essa demonstração de fraqueza e tibieza provavelmente repercutirá na região, *inclusive junto às milícias apoiadas pelo Irã no Iraque*, e com certeza não passará despercebida nos EUA;
- com o Hezbollah efetivamente neutralizado diante de Israel, a resposta que o Irã poderia dar a um endurecimento ou a um ataque contra seu programa nuclear ficará restrita praticamente a três medidas: a manipulação da oferta de petróleo iraniano; a imposição de restrições ao fluxo de petróleo no Golfo Pérsico; e um esforço renovado de desestabilização do Iraque. As duas primeiras, conquanto não impossíveis, implicariam danos muito maiores para o próprio Irã que para os EUA; além disso, afetariam negativamente alguns países que até agora têm manifestado tolerância ou até boa vontade para com o Irã na questão nuclear. Por sua vez, caso se proceda efetivamente ao desarmamento dos

grupos apoiados pelo Irã no Iraque — o que está longe de ser uma certeza —, a janela de oportunidade para o Irã pode estar se fechando. A rigor, existiria ainda a possibilidade de o Irã atacar diretamente o Iraque. Porém, isso não só criaria um *casus belli* perfeito para uma ação decisiva contra o Irã, como também pressionaria os grupos apoiados pelo Irã a se posicionarem *contra este*. É bom lembrar que, durante os anos 1980, os xiitas iraquianos, sob Saddam Hussein, lutaram intensamente *contra o Irã já liderado pelo Aiatolá Khomeini*.

Essas considerações nos permitem pôr os atuais acontecimentos em perspectiva. Mesmo um sucesso israelense mínimo — a expulsão do Hezbollah do Sul do Líbano — implica redistribuir significativamente o jogo político regional em detrimento do Irã e em favor não só de Israel, mas também dos EUA; por outro lado, se isso não for obtido e o Hezbollah permanecer capaz de atuar significativamente contra Israel, o jogo terá sido redistribuído francamente em favor do Irã. Dito de outra forma, numa demonstração clara da convergência de interesses entre Israel e os EUA no Oriente Médio, o que pode estar em jogo agora é uma nova rodada da ação contra o que o Presidente Bush chamou de “Eixo do Mal” e seus aliados. O Iraque foi a primeira rodada; podemos estar assistindo ao início da segunda.

Ver também:

05/11/2004 – [Hezbollah \(perfil\)](#)

OMC suspende rodada Doha

Análise
Economia e Comércio

Tiago Cerqueira Lazier
08 de agosto de 2006

Após mais de 5 anos de negociação, a impossibilidade de se chegar a um consenso levou a OMC a suspender a rodada Doha. O principal motivo do impasse refere-se à abertura dos mercados agrícolas dos países desenvolvidos exigido por um grupo de países liderados por Brasil e Índia.

A tentativa de liberalização comercial por meio de acordos multilaterais após a Segunda Guerra Mundial alcançou um progresso gradual. As negociações têm se estruturado em rodadas, cada qual com objetivos específicos e prazos determinados para cumprimento. Em 1994, com o encerramento da rodada Uruguai, grandes avanços foram feitos e implementou-se um corpo burocrático para gerir politicamente o processo de liberalização do comércio internacional. Criou-se então a Organização Mundial do Comércio (OMC) – uma proposta que remonta a meados da década de 40 e ao antigo GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) [ver [Histórico da OMC: construção e evolução do sistema multilateral de comércio](#)].

Uma nova rodada de negociações, agora sob supervisão da OMC, teve início em 2001 com a reunião ministerial de Doha¹.

Apesar da extensa pauta, desde o início as negociações têm se concentrado na questão agrícola e na abertura dos mercados dos países em desenvolvimento para produtos industriais e serviços. Os países em desenvolvimento organizados em um grupo chamado G-20 (cujos principais líderes são Brasil e Índia) desempenharam um papel ativo e endureceram as negociações – condicionaram a abertura de seus mercados a uma redução pesada dos subsídios aos produtos agrícolas e de barreiras à importação, utilizados pelos países desenvolvidos. O G-20 teria muito a ganhar com um maior acesso a esses mercados.

Na Conferência Ministerial de 2003, em Cancun, tentou-se avançar nas discussões referentes à rodada Doha, no que tange o impasse estabelecido entre o G-20, os Estados Unidos e a União Européia sobre o setor agrícola [ver [Organização Mundial do Comércio e Conferência Ministerial de Cancun](#)]. Desde então, nenhum progresso

¹ A pauta estabelecida para negociação envolvia diversos assuntos: agricultura, serviços, acesso ao mercado de produtos não-agrícolas, aspectos comerciais dos direitos de propriedade intelectual, comércio e investimento, comércio e políticas de competição, transparência governamental, facilitação comercial, anti-dumping, subsídios, acordos regionais de

comércio, solução de controvérsias, comércio e meio ambiente, comércio eletrônico, pequenas economias, débito e finanças, transferência de tecnologia, cooperação técnica e construção de capacidade, países menos desenvolvidos, tratamento especial e diferenciado.

foi alcançado, por um motivo muito simples: ao contrário do que defende o entendimento econômico acerca dos benefícios do livre-comércio, a história tem mostrado como interesses protecionistas tendem a surgir nos momentos e nos setores em que o país enfrenta pressão competitiva, ou seja, precisa defender tal sensibilidade no mercado.

Assim foi com a Inglaterra no século XIX: *“Foi a liderança tecnológica britânica que permitiu uma mudança para o livre-comércio”*² Assim foi com os Estados Unidos (EUA) no século XX: *“Somente após a Segunda Guerra Mundial, com sua supremacia industrial incontestada, que os EUA liberalizam o comércio”*³. Assim foi com diversos outros países que aderiram ao livre comércio e assim tem sido hoje. Não obstante, são duas as diferenças fundamentais do momento atual que levaram à atual paralisação das negociações da rodada Doha: (a) os países desenvolvidos têm algo a perder concernentes aos seus setores sensíveis da economia; (b) os países em desenvolvimento se organizaram e endureceram o jogo.

A combinação destes dois fatores, reforçados por discursos que legitimam as demandas dos países em desenvolvimento, levaram a discussão a um impasse: ninguém está disposto a ceder e a culpa não poder ser atribuída ao protecionismo dos países em desenvolvimento. Toda a legitimidade do discurso liberal agora se volta também contra países desenvolvidos. Os fracassos dos últimos encontros que ocorreram no mês de julho de 2006, não são nenhuma surpresa: jornais e líderes políticos antes e depois deixavam transparecer a falta de otimismo de se chegar a um acordo.

Os interesses em jogo estão muito claros:

os países desenvolvidos têm a ganhar com a abertura dos mercados em desenvolvimento para produtos industriais e serviços e perderiam com a abertura do seu mercado agrícola; os países em desenvolvimento aceitam negociar a abertura de suas economias desde que EUA e Europa façam uma proposta de abertura agrícola similar ao defendido pelo G-20. Na medida em que os EUA não estão dispostos a fazer novas concessões neste campo, e as demais lideranças não estão dispostas a ceder, o impasse se instalou e a OMC não teve outra opção se não suspender a rodada de negociação.

Ocorreram duas reuniões nas últimas semanas cujo progresso foi nulo. A primeira, realizada na Suíça de 29 de junho a 01 de julho, contou com representantes dos 149 países membros da organização, obteve como único resultado permitir ao Diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, negociar individualmente com os países para perceber as possibilidades de acordo. A reunião foi inclusive encerrada um dia antes.

A segunda, organizada por Lamy, ocorreu nos dias 22 e 23 de julho, reunindo apenas as principais partes envolvidas no impasse: Brasil, Japão, Índia, Austrália, Estados Unidos e União Européia. As posições se mantiveram e o resultado foi a suspensão das negociações. Após as duas reuniões, o que se viu foi uma troca de acusações tentando achar um culpado para o fracasso. Não obstante, nenhum país declarou encerrada as negociações, e diversos diálogos têm ocorrido na tentativa de se chegar a um acordo.

Como defende Susan Schwab, representante da Câmara do Comércio dos EUA, se os países não chegarem a um consenso até abril de 2007, uma nova possibilidade de acordo só será possível após as eleições presidenciais estadunidenses de 2008. Isto porque o *Free Trade Authorization Act (FTA)* —

² CHANG, p.5, 2003.

³ CHANG, p.6, 2003.

autorização do Congresso dos EUA dado ao Presidente estadunidense George W. Bush para negociar acordos internacionais, cabendo ao Congresso apenas aprovar ou rejeitar em um prazo de 90 dias o acordo firmado – expira em 2007 e dificilmente seria renovado em ano eleitoral.

Apesar dos incentivos para se chegar a um consenso rapidamente, o atual impasse apenas será resolvido se: (a) as expectativas de aberturas de ambos os lados forem revistas; (b) os países em desenvolvimento diminuam suas pretensões; (c) *lobbys* favoráveis ao livre-comércio nos EUA os façam ceder no campo agrícola.

A primeira opção seria quase um fracasso da rodada, já que pouco avanço seria alcançado nos principais objetivos propostos. A segunda ocorreria caso os países em desenvolvimento não resistissem a pressões para rever suas pretensões. Os EUA já sinalizaram que poderão retaliar Brasil e Índia e outros países que seriam excluídos do Sistema Geral de Preferências, que garante 0% de alíquotas para países em desenvolvimento. A hipótese foi levantada após manifestações no Congresso estadunidense questionando a postura de Brasil e Índia durante as negociações.

A opção de que o *lobby* favorável ao livre-comércio force os EUA a ceder seria plausível, pois os grandes industriais e fornecedores de serviço – principais beneficiados da abertura dos mercados emergentes – têm um impacto maior na economia estadunidense do que os produtores agrícolas. No entanto, questões de segurança alimentícia, forte *lobby* rural, e a proximidade das eleições estadunidenses tornam a hipótese de que o FTA seja aprovado antes de 2008 pouco provável. A rodada Doha não está encerrada, mas as possibilidades de sucesso, dado o jogo de interesse e o forte

posicionamento das principais partes envolvidas, é pequena.

Referência

CHANG, Há-Joon. (2003) **Kicking Away the Ladder: The “Real” History of Free Trade**. In: FPIF Special Report, december.

Sites:

Folha Online

<http://www.folhaonline.com>

Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Ver também:

15/10/2003 – [Organização Mundial do Comércio: possibilidades e limites](#).

15/10/2003 – [Organização Mundial do Comércio e a Conferência Ministerial de Cancun](#).

08/09/2005 – [Histórico da OMC: construção do sistema multilateral de comércio](#).

20/09/2005 – [Questão agrícola é foco das negociações sobre o livre-comércio que ocorreram em Paris](#).

06/10/2005 – [OMC: estrutura institucional](#)

A inserção da Venezuela no Mercosul

Análise
Economia e Comércio / Integração Regional

Raphael Rezende Esteves
10 de agosto de 2006

Em um período no qual o Mercado Comum do Sul (Mercosul) passa por problemas internos, a Venezuela, após dois anos como membro associado, passa a integrar o bloco como um membro regular.

No dia 4 de julho de 2006, a República Bolivariana da Venezuela foi incorporada ao Mercado Comum do Sul (Mercosul). Criado em 26 de março de 1991, o Mercosul caracteriza-se como uma União Aduaneira [ver [Glossário](#)] e possui como membros fundadores a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Com a entrada da Venezuela, o bloco passa agora a ter 250 milhões de habitantes, área de 12,7 milhões de quilômetros quadrados e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1 trilhão, 76% do total da América do Sul.

Constituindo-se como um projeto de integração da América do Sul, o Mercosul possui como membros associados a Bolívia, o Chile, a Colômbia, o Equador e o Peru; a Venezuela, por sua vez, havia se associado ao bloco em 2004.

Segundo o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a entrada da Venezuela traria muitos ganhos ao Mercosul, ao passo que permitiria maior intercâmbio de mercadorias e tecnologia, ao mesmo tempo em que fortaleceria o bloco em negociações com os Estados Unidos e a União Européia. A inclusão criaria também oportunidades de integração econômica na América Latina – dada a posição estratégica da Venezuela, no extremo norte do continente sul-americano – e as reservas petrolíferas venezuelanas possibilitariam o

financiamento de projetos de infraestrutura.

Entretanto, segundo alguns analistas, a entrada da Venezuela constituiria um elemento desestabilizador do bloco, dada a possibilidade de dissensões ideológicas extremadas que poderiam comprometer, por exemplo, as negociações do Mercosul com a União Européia ou, principalmente, com os Estados Unidos. Existe, inclusive, certa dificuldade de compatibilizar os regimes democráticos dos membros fundadores do Mercosul com um regime nacionalista autoritário, como o de Hugo Chávez, a partir do momento no qual o bloco zela também por uma harmonização política interna. A harmonização com um regime socialista também seria complicada, embora a retórica chavista não tenha sido confirmada na prática. Assim como era de se esperar que a confrontação política entre Washington e Caracas pudessem comprometer pudesse trazer conseqüências nefastas, percebe-se que as relações econômicas da Venezuela com os Estados Unidos prosseguem inabaladas.

A inclusão da Venezuela no Mercosul ocorre em um momento no qual as tendências apontavam mais para a desintegração das relações do que para uma maior integração. Percebe-se como aspecto mais saliente desta tendência desintegradora a insatisfação dos dois

menores países no bloco, Paraguai e Uruguai, que estariam auferindo os menos ganhos que esperavam.

No caso paraguaio, o Presidente paraguaio, Nicanor Duarte, acusa o Brasil e a Argentina de tomarem medidas protecionistas, assim como esses últimos acusam os Estados Unidos e a União Européia. A insatisfação do Paraguai torna-se ainda maior considerada sua dependência do país em relação aos países da região. Além de não ter saída para o mar, a economia paraguaia é pouco dinâmica e grande parte das exportações paraguaias (74%) destinam-se a países do Mercosul.

Em relação ao Uruguai, a grande questão – que se apresenta atualmente como o principal problema a ser resolvido no interior do Mercosul – é a disputa com a Argentina no que concerne à instalação de empresas de celulose no Uruguai, às margens do Rio Negro, afluente do Rio Uruguai [ver [Instalação de fábrica de celulose no Uruguai gera conflitos](#)]. Além disso, o descontentamento quanto aos ganhos insuficientes oriundos do Mercosul acabou por levar o Uruguai a firmar um acordo comercial com os Estados Unidos, garantindo tarifas reduzidas para a entrada de produtos uruguaios nos Estados Unidos. Entretanto, fortemente dependente do setor primário, principalmente produção de carne, o Uruguai tenderia a auferir poucos ganhos nesta relação, dado que ainda que os Estados Unidos importem certos produtos agrícolas, o Uruguai necessitaria concorrer com os produtos subsidiados estadunidenses.

Visando demonstrar iniciativa no interior do Mercosul, a Venezuela propôs integrar o FOCEM, Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, planejado em 2005 para financiar projetos produtivos na região do bloco. Tal fundo estabelece que a contribuição de cada país seja proporcional ao seu PIB, cabendo ao Brasil, no projeto inicial, arcar com 70%

dos custos, seguido pela Argentina 27%, Uruguai 2% e 1% do Paraguai. Este fundo garantiria, conseqüentemente, maior quantidade de recursos ao Paraguai e ao Uruguai, estando estes responsáveis por arcar com a menor parte dos custos. Contudo, este fundo ainda não se concretizou e, com a entrada da Venezuela no Mercosul, a participação nas contribuições seria, por conseguinte, alterada.

Quando indagado sobre a razão de o Brasil não se engajar em acordos bilaterais, assim como feito pelo Uruguai e outros países sul-americanos (como o Chile e o Peru), o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, afirmou que, quando benéficos, tais acordos serão aceitos, porém os custos advindos de tais acordos costumam superar os benefícios. O Ministro apontou também que os benefícios objetivados pelo Brasil, como a redução ou eliminação de subsídios agrícolas, só serão atingidos em arranjos multilaterais.

Embora traga benefícios para o Mercosul, caso a Venezuela utilize-se do bloco como plataforma política, inclusive em seu embate com Washington, a desagregação do Mercosul pode tornar-se patente e as dissensões internas podem agravar-se como forças desestabilizadoras, prejudicando, inclusive, novos acordos que o bloco objetive firmar.

Referência

Sites:

Aladi

<http://www.aladi.org/>

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

Globo Online

<http://www.oglobo.com.br>

Observatório Político Sul-Americano

<http://observatorio.iuperj.br/>

Site do Mercosul

<http://www.mercosul.int>

Ver também:

29/04/2004 - [EUA e Venezuela: Relações Conflitivas](#)

02/12/2004 - [Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul](#)

01/07/2005 - [Argentina, Brasil e Venezuela prevêm criação do Petrosul](#)

15/02/2006 - [Instalação de fábrica de celulose no Uruguai gera conflitos](#)

ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto. de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Layla Dawood, Raphael Rezende Esteves; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>